

A RELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS E OS CATADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES NOVO HORIZONTE NA IMPLEMENTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO

Tiago Gularte Clipesⁱ

Paulo Vanderlei Cassanego Juniorⁱⁱ

RESUMO

O artigo objetiva descrever a relação entre instituições governamentais e não governamentais com os/as catadores/as da Associação de Catadores Novo Horizonte na implementação da coleta seletiva solidária em Sant'Ana do Livramento. Para isso, procurou-se abordar temas referentes à luta dos/as catadores/as contra a exclusão social e pelo reconhecimento profissional, a dinâmica de formação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis para funcionamento da coleta seletiva solidária e a atuação das instituições governamentais e não governamentais para tal. Como técnica de coleta de dados utilizou-se entrevistas direcionadas a representantes governamentais e não governamentais e pesquisa documental, configurando o artigo como estudo de caso. A análise foi pautada na comparação com o que foi abordado no referencial teórico. Sendo assim, foi possível identificar os tipos de relação, o papel das instituições, os benefícios da parceira, as ações e atividades, dificuldades e limitações, entre outros tópicos. Concluindo, dessa forma, que as relações encontram-se em processo de solidificação onde a universidade tem papel essencial de intermediação entre as entidades que estão unidas por um propósito fundamental: implementar a coleta seletiva solidária no município para a obtenção de ganhos econômicos, políticos, sociais e ambientais para toda a sociedade santanense e principalmente para os/as catadores/as considerados trabalhadores/as profissionais dignos de reconhecimento e valorização.

Palavras-chave: relação, catadores, instituições, governamentais, não governamentais, coleta seletiva solidária.

ABSTRACT

The article aims to describe the relationship between governmental and non-governmental organizations with the New Horizon Association of Scavengers in the implementation of solidary selective collection in Sant'Ana do Livramento. For this, we tried to address issues related to the struggle of the scavengers against social exclusion and for their professional recognition, the dynamics of formation of cooperative organizations and recyclable material collectors associations for actual functioning of the solidary selective collection and the performance of government institutions and non-governmental organizations to do so. As technique of data collection interviews were made and aimed at governmental and non-governmental representatives and documentary research was implemented, setting the article as a case study. The content

analysis was based on a comparison with what was covered in the theoretical framework. Thus, it was possible to identify the types of relationship, the role of institutions, the benefits of the partnership, actions and activities, difficulties and limitations, among other topics. Concluding, therefore, that relations are in solidification process where the university plays an essential role of intermediation between the entities that are united by a fundamental purpose: to implement solidary selective collection in the municipality to obtain economic, political, social and environmental gains for the whole local society and especially to the scavengers, considered workers worthy of professional recognition and appreciation.

Keywords: relation, scavengers, institutions, governmental, non-governmental, solidary selective collection.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma curiosidade particular do autor em relação à problemática dos resíduos no município de Sant’Ana do Livramento. Ao perceber a ausência de lixeiras na cidade, a poluição dos espaços públicos e o comportamento automático dos transeuntes em jogar bitucas de cigarro no chão, embalagens de alimentos, sacolas de mercado e até mesmo o despreparo ou a desinformação sobre a destinação dos resíduos tóxicos e objetos cortantes, procurou-se obter conhecimento sobre o que estava sendo feito na cidade para combater essa degradação.

Ao deparar-se com questões que vão além das questões ambientais, mas políticas, econômicas e, principalmente, sociais, pois muitas famílias santanenses – em torno de duzentas, segundo dados cedidos pela Prefeitura Municipal de Sant’Ana do Livramento – vivem da catação de resíduos como forma de subsistência e reinserção social. Em conversas paralelas com amigos, vizinhos, colegas de trabalho e família, o autor procurou demonstrar sua preocupação sobre essa temática. Foi então que soube que a UNIPAMPA, juntamente com outras duas instituições (IFSul e UERGS) tem um projeto de reestruturação de uma Associação de Catadores/as do município e que, objetiva através dessa reestruturação, firmar parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais visando a implementação da coleta seletiva solidária na cidade.

A princípio, a ideia era realizar um levantamento do perfil socioeconômico dos/as associados/as, porém, em pesquisa exploratória e pelas atas das reuniões, percebeu-se que o número de participantes da associação ainda era incerto, pois estava em processo de trazer e mapear possíveis associados/as e deliberar assuntos internos da associação como, por exemplo, o estatuto. Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo: a) descrever a relação entre instituições governamentais e não governamentais

com os/as catadores/as da Associação de Catadores Novo Horizonte na implementação da coleta seletiva solidária em Sant’Ana do Livramento. Constituindo o problema de pesquisa: **Como as entidades governamentais e não governamentais envolvidas no processo de implementação da coleta seletiva solidária em Sant’Ana do Livramento se relacionam com a Associação de Catadores Novo Horizonte?**

Portanto, o referencial teórico abordado foi dividido em três partes, a primeira intitulada como “A luta dos catadores contra a exclusão social e o reconhecimento profissional” procura compreender a conjuntura e o espaço que estes indivíduos ocupam hoje no sistema capitalista; a segunda parte, denominada como “Formação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e a implementação da coleta seletiva solidária” explica as dinâmicas de constituição de uma cooperativa/associação, conceitos e limitações; já a terceira parte nomeada como “O papel das instituições governamentais e não governamentais na formação de cooperativas/associações e implementação da coleta seletiva”, explica de que forma essas instituições podem auxiliar efetivamente de uma maneira não assistencialista na consolidação das associações e consumação da coleta seletiva em uma localidade.

Realizou-se um estudo de caso, utilizando como técnica de coleta de dados, entrevistas com representantes das instituições governamentais e não governamentais e documentos como o pré-projeto de implementação de coleta seletiva, atas dos primeiros encontros da UNIPAMPA, UERGS e IFSul com a Associação de Catadores Novo Horizonte além de dados cedidos pela Prefeitura Municipal de Sant’Ana do Livramento. A questão do destino dos resíduos trata-se de um tema latente hoje em dia em um contexto onde a população torna-se cada vez mais crescente, conseqüentemente, a necessidade de produção de alimentos e bens de consumo também aumenta em decorrência do processo de urbanização (Besen, 2011) e o papel dos/as catadores/as é essencial e digno de reconhecimento, tanto como agentes ambientais com trabalhadores com seus direitos assegurados, para tal é necessário capacitá-los e empoderá-los e essa é a função das instituições que se relacionam com as associações antes que esse segmento fique nas mãos de grandes empresas de reciclagem (IPESA, 2016).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentam-se nesse tópico os conceitos relevantes à temática abordada, os quais fornecem a fundamentação necessária e visam a melhor compreensão do conteúdo deste trabalho e assim viabilizam sua utilização mais efetiva posteriormente, os quais são: a luta dos catadores contra a exclusão social e reconhecimento profissional, a formação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e a implementação da coleta seletiva solidária e o papel das instituições governamentais e não governamentais na formação de cooperativas/associações e implementação da coleta seletiva.

2.1 A luta dos catadores contra a exclusão social e reconhecimento profissional

Paul Singer (2002) explica que a desigualdade social e a competitividade provêm do atual sistema econômico, o capitalismo, visto que este cria um mundo dicotômico expresso por ganhadores e perdedores ou em classe proprietária ou possuidora de capital e a classe que ganha a vida por meio da venda de sua força de trabalho à classe dominante. O autor explica que a polarização na economia capitalista faz com que os ganhadores reúnam cada vez mais vantagens por apresentarem maiores condições e oportunidades e os perdedores acumulem desvantagens por conta do histórico de fracassos, pois “a apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, a sina dos perdedores fica na penumbra” (Singer, 2002, p.8), originando sociedades altamente desiguais e provocando a exclusão social dos perdedores que ficam à margem do sistema e do mercado.

A exclusão social pode ser entendida como “um processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente em virtude da sua pobreza ou da falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado de discriminação” (COM, 2003, p. 9). Como **margem da sociedade** [grifo meu], entende-se como “um sistema (ou a sistemas sociais) em relação ao qual o sujeito ou o grupo social são colocados ou considerados como tais” (Caliman, 2008, p. 111).

A discussão feita em torno do conceito de marginalização é muito ampla, portanto, consideremos a marginalização social como produto estrutural do capitalismo

(Caliman, 2008) que, dentro da perspectiva do desenvolvimento, pode ser entendida como:

...um modo limitado e inconsistentemente estruturado de pertencimento e de participação na estrutura geral da sociedade, seja a respeito de certas áreas dentro de suas estruturas dominantes ou básicas, seja a respeito do conjunto destas, em todos ou em parte de seus setores institucionais” (QUIJANO, 1978, p. 43).

Em estudo bibliográfico realizado pelos autores Alvino-Borba e Mata-Lima (2011), foram elencados alguns fatores que influenciam para a exclusão e marginalização social, representados na figura 1 abaixo:

FIGURA I - Síntese dos fatores de exclusão social



Fonte: Alvino-Borba e Mata-Lima (2011, p. 225).

Levando em consideração o desemprego juntamente com a competição e desigualdade social como consequência dos demais fatores expostos na figura acima, torna-se crescente a presença de catadores. Tendo em vista que, na década de 1990, ocorre um aumento no número de catadores no Brasil, em função do desemprego causado nos setores industriais, de construção e serviços, muitos trabalhadores antes empregados nestes setores optam pela catação de materiais recicláveis como alternativa laboral (Severo, 2008).

Segundo o autor, há dois tipos de trabalhadores que passam a ser catadores:

...os mais velhos, desempregados pela modificação das novas características industriais e redução da demanda nos demais setores periféricos, e os mais jovens, que antes eram absorvidos por estes mercados de trabalho, mas hoje em dia tendem a aumentar o número de desempregados estruturais, ocupando atividades informais, em especial a catação (Severo, 2008, p. 23).

Os autores ainda evidenciam a presença dos trabalhadores rurais que buscam na cidade melhores condições de vida, porém se deparam com fortes restrições ao mercado de trabalho formalizado que, não tendo alternativas, passam a exercer a atividade da catação (Medeiros e Macêdo, 2006; Severo, 2008).

A decisão de se tornar catador, na perspectiva sociológica, pode ser entendida como “inclusão perversa” (Medeiros e Macêdo, 2006; Miura e Sawaia, 2013). A inclusão perversa, explicada pelos autores Medeiros e Macêdo (2006, p.65), pode ser entendida como uma exclusão antes da inclusão, ou seja, “por trás de formas aparentes de inclusão socialⁱⁱⁱ, existem formas sutis de exclusão, entendidas como inclusão perversa”.

Já Sawaia (1999, p. 107), sob a ótica de Foucault e Marx, entende a inclusão perversa como uma “argumentação em favor da ideia de que a inclusão social é o processo de disciplinarização dos excluídos, portanto, um processo de controle social e manutenção da ordem na desigualdade social”; ou ainda, segundo a concepção marxista: a inclusão do trabalhador no mercado de trabalho como forma alienadora que servirá de estratégia para a manutenção da ordem social.

A decisão de tornar-se catador, do ponto de vista psicossocial, expresso por Miura e Sawaia (2013), é vista como fonte de dignidade, pois a ocupação surge como alternativa para subsistência desses trabalhadores que optam por inserirem-se como trabalhadores ao invés de bandidos na sociedade.

A autora Miura (2004), em pesquisa realizada, observou que o tornar-se catador era uma mescla de sentimentos; entre eles, o sofrimento, a vergonha e a humilhação resultante da discriminação e preconceito. Por outro lado, por questões éticas e resgate da própria dignidade, é fonte de alegria por ser reconhecido socialmente como trabalhador honesto.

A partir deste contexto, em 10 de Outubro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União, que o Ministério do Trabalho, através do Decreto 397, reconhecia a atividade dos catadores/as como ocupação brasileira, sob o código 5.192-05^{iv}, denominada “Catadores de Materiais Recicláveis”. Porém, vale ressaltar que a profissão

não foi oficialmente reconhecida estando em discussão no Senado desde ano de 2007 através do Projeto de Lei nº. 618^v, que tenciona a regulamentação do exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e Reciclador de Papel.

No entanto, o PL 618/2007 foi vetado pela presidenta Dilma Rouseff, em 2012, atendendo e reivindicação feita pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), pois o PL de autoria do Senador Paulo Paim exigia que os catadores, para exercer sua atividade, deveriam se cadastrar na superintendência regional do trabalho portando vasta documentação, o que impossibilitava o livre exercício da maioria dos catadores visto que estes não possuem todos os documentos prescritos (MNCR, 2012).

Apesar do reconhecimento do Ministério do Trabalho, a situação dos catadores não melhorou, pois estes ainda sofrem com a discriminação^{vi}, vivem em condições precárias, sendo submetidos a trabalhar sem vínculo empregatício, portanto, sem seus direitos reconhecidos e expostos a insalubridade, além de não serem valorizados pelo que representam para o meio ambiente e a economia (Medeiros e Mâcedo, 2006; Bortoli, 2009; Miura e Sawaia, 2013).

A autora Bortoli (2009), explica que as políticas destinadas ao catadores/as têm viés de inclusão social canalizadas em segmentos sociais mais vulneráveis – como é o caso de mulheres e jovens – e não de políticas públicas direcionadas ao trabalho e renda. Isso acontece porque as políticas passivas não podem ser direcionadas para os catadores/as, pois estes não desfrutam da condição de desempregados uma vez que ao exercerem sua atividade de catação não estão enquadrados como trabalhadores formais, portanto, não têm seus benefícios assegurados por não contribuírem com a previdência social.

Em 2010, a lei nº 12.305, instituída pelo Ministério do Meio Ambiente, traduz as reivindicações dos catadores através da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que tem por objetivo prever alternativas para o acareamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos consequentes do manuseio impróprio dos resíduos sólidos. Essa lei visa promover práticas sustentáveis de consumo por meio da reutilização dos resíduos sólidos e do descarte ambientalmente correto dos rejeitos, além de instituir a logística reversa dos resíduos e embalagens pré e pós-consumo.

A PNRS é uma conquista para os catadores/as do Brasil, pois, segundo Pereira e Goes (2016, p. 217), esta “reconhece o trabalho das cooperativas e das associações de catadores, e define que elas sejam priorizadas na contratação para a execução dos

serviços de limpeza urbana”, porém, infelizmente, “as práticas municipais de manejo dos resíduos sólidos estão contaminadas por interesses privados e em que o controle social sobre a prestação deste serviço público é quase inexistente”.

Apesar da luta constante e todos os obstáculos enfrentados pelos catadores/as brasileiros/as, alguns tímidos avanços são notáveis e significam muito para a dignificação e reconhecimento do trabalho destes indivíduos como, por exemplo, o interesse do poder público – expresso pela adoção de políticas públicas – e do debate sobre o desenvolvimento sustentável travado pela sociedade brasileira, trouxe maior visibilidade à luta dos catadores. Sendo assim, Pereira e Goes (2016, p. 22) evidencia que esse processo:

...se fez sentir com um conjunto de inovações normativas, do qual a Lei no 12.035/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é o exemplo maior. Fez-se também sentir com a aplicação de mais de R\$ 500 milhões (Metello, 2015) nos últimos cinco anos destinada à promoção da reciclagem por meio de cooperativas de catadores de materiais recicláveis e ainda consolidou o Movimento dos Catadores como um ator-chave na discussão sobre reciclagem e meio ambiente no Brasil.

Há doze anos, o Movimento Nacional de Catadores Recicláveis (MNCR), atua na militância dos catadores/as de todo o Brasil assegurando o protagonismo, valorização e empoderamento popular destes trabalhadores oprimidos pela estrutura do sistema social. Como propósito, o MNCR, intenciona a independência dos catadores/as através da organização de bases orgânicas estruturadas em cooperativas, associações, entrepostos e grupos: “catador organizado, jamais será pisado” (MNCR, 2015).

As cooperativas são uma alternativa viável e eficaz para o fortalecimento destes trabalhadores e uma saída para a situação exploratória que estes trabalhadores vivem (Megera, 2003; Pinhel, 2015). Posto isto, o próximo tópico abordará a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

2.2 Formação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e a implementação da coleta seletiva solidária

O autor Magera (2003), entende que as cooperativas e associações de catadores surgem na necessidade de reunião e organização – coletiva, democrática e informal – de forças e poder de barganha frente aos sucateiros e indústrias de segmento de reciclagem de lixo com a finalidade de atingir objetivos econômicos, sociais e culturais.

Segundo dados de Pereira e Goes (2016), coletados através do acesso ao cadastro nacional aplicado pelo MNCR em 2005, existem mais de 115 cooperativas de catadores no Brasil com mais ou menos 25 mil cooperados.

Ainda na visão do autor, o mesmo enxerga a cooperação em três perspectivas:

Do ponto de vista jurídico, a cooperação é uma forma associativista de organização, na qual os direitos e deveres dos associados cooperados são por eles entabulados no estatuto social. Do ponto de vista econômico, a cooperação é uma forma de elevar o ganho anual do cooperado. Do ponto de vista político, é modelo social democrático de correção do liberalismo capitalista (Magera, 2003, p.51).

A diferença entre cooperativa e associação é delineada pelo autor Pinhel (2015): as associações têm como propósito a melhoria da assistência social, educacional, cultural, a representação política e a defesa de interesse de classe; já a cooperativa, é destinada apenas para fins econômicos, oportunizando a viabilidade do empreendimento e seus cooperados junto ao mercado.

A formação de cooperativas e associações de catadores é uma forma de combater a exploração indireta praticada pelas indústrias de segmentos de reciclagem e atravessadores que ditam preços abusivos sob os resíduos coletados (Magera, 2003; Grimberg, 2007; Pereira e Goes, 2016). O autor Severo (2003, p. 95), explica que “os atravessadores fixam o mesmo valor às mercadorias, formando um cartel de exploradores da força de trabalho dos catadores, através da depreciação extrema das mercadorias negociadas”.

O autor Pinhel (2015), enumera alguns desafios que envolvem a mobilização dos catadores à formação de cooperativas e associações entre eles: 1) a resistência em trocar a informalidade, individualidade, autonomia, ausência de rotina e horários da atividade de catação dentro do lixo; 2) administrar as relações pessoais já construídas (todos se conhecem, mas não preservam boas relações); 3) garantia de trabalho apenas com os materiais da coleta seletiva; 4) agendamento de encontros de formação, pois não há um ponto de encontro em comum e de fácil acesso à maioria. Além dos desafios referentes à organização interna, os/as catadores/as esbarram em obstáculos de cunho burocrático, como é o caso da formalização das associações – que exige um número mínimo de associados/cooperados – como também a carga tributária apontada como limitação.

A estruturação dos/as catadores/as em cooperativas e associações permite o direcionamento da verba pública aplicada em aterros – sanitários ou controlados – ou ainda em lixões a céu aberto para a implementação de uma nova lógica de serviços de coleta, triagem e pré-beneficiamento – coleta seletiva – e campanhas de conscientização e educação ambiental, além de garantir uma contenção de 3% a 12% no orçamento anual das prefeituras brasileiras (Grimberg, 2007).

Conforme o Ministério do Meio Ambiente, a coleta seletiva é uma coleta diferenciada de resíduos, antecipadamente selecionados de acordo com sua constituição ou composição. Sendo assim, os rejeitos semelhantes são selecionados pelos geradores (cidadãos, empresas ou demais instituições) e disponibilizados para a coleta isoladamente.

Segundo dados da AVINA (2015), somente 327 das 5.560 cidades brasileiras aderem à coleta seletiva, sendo que apenas 142 desses municípios realizam parcerias com cooperativas e associações de catadores/as. A carência de implementação de coleta seletiva nos municípios se dá em função de alguns percalços referentes à precariedade da infraestrutura, inexistência da capacitação direcionada para o empreendedorismo e autogestão, insuficiência de capital de giro, conflitos relacionais entre os integrantes, ausência de amparo social (direitos trabalhistas e segurança no trabalho), alta rotatividade de catadores/as (desistência de trabalho coletivo), carência de apoio dos órgãos públicos, discriminação e desvalorização do trabalho por parte da sociedade e impedimento da formação de parcerias colaborativas ou vínculo com geradores fixos de materiais recicláveis (Besen, 2011).

Com a Lei Nacional de Saneamento (nº 11.405/2007) e a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (nº 12.305/2010), houve uma efetiva inclusão dos/as catadores/as, pois viabilizou alterações na Lei de Licitações fazendo com que os municípios pudessem admitir cooperativas e associações de catadores para realizar coleta, processamento e comercialização de rejeitos com dispensa de licitação (Pereira e Goes, 2016).

Os processos de coleta seletiva e reciclagem contribuem significativamente para as dimensões ambiental e econômica, pois promovem a sustentabilidade por meio de ações que reduzem o impacto ambiental nos ecossistemas e na biodiversidade, bem como minimizam o descarte e a queima dos resíduos. Quanto ao processo produtivo, os benefícios referem-se à economia da matéria-prima, energias e recursos naturais. Já em relação à dimensão social, oferece condições de sobrevivência através da geração de

emprego e renda além de conservar a saúde humana, visto que impactam consideravelmente na qualidade da limpeza urbana evitando riscos causados por enchentes, redução da transmissão de doenças por vetores, alterações climáticas, entre outros (Besen, 2011).

A autora Besen (2011, p. 22), elenca o conjunto de práticas da coleta seletiva, sendo elas:

- a) a coleta domiciliar porta a porta, ou em pontos específicos de vários tipos de materiais recicláveis, gerados após o consumo, e previamente separados nas fontes geradoras, 2) a triagem e beneficiamento dos materiais recicláveis, e 3) a comercialização desses insumos para a indústria de reciclagem.

Cabe ressaltar que a escolha de formação de associações e cooperativas de catadores/as não é uma decisão voluntária e nem uma ação direta dos/as catadores; mas sim, uma atitude das prefeituras municipais, universidades, ONGs, instituições religiosas ou entidades que atuam como facilitadores (Pinhel, 2015). O papel desses facilitadores será abordado no tópico a seguir.

2.3 O papel das instituições governamentais e não governamentais na formação de cooperativas/associações e implementação da coleta seletiva

O autor Pinhel (2015), entende como *facilitadores* todas as instituições – dependendo da demanda e recursos disponíveis, pode ser mais de uma instituição – que trabalham coletivamente à cooperativa/associação de catadores/as atuando como agentes transformadores buscando, através do convívio diário, conhecer a cooperativa e buscar melhores resultados para a mesma.

Esses *facilitadores*, também conhecidos como *educadores*, *agentes* ou *técnicos*, exercem um papel imprescindível, pois criam vínculos com os cooperados procurando diagnosticar as necessidades e fornecer soluções em forma de capacitações visando o empoderamento dos cooperados para o fortalecimento efetivo da cooperativa/associação (Pinhel, 2015).

De acordo com Martins (2003), os facilitadores podem ser: a) parceiros governamentais: asseguram o abastecimento de materiais, fornecimento de infraestrutura dos galpões de armazenamento, cedência e manutenção dos maquinários e, ocasionalmente, recursos para treinamentos e remuneração por serviços de

reciclagem; b) parceiros não governamentais: instituições sociais, de ensino e religiosas que colaborem em forma de apoio e qualificações dos catadores; c) parceiros de outras instituições privadas: empresas industriais e comerciais que contribuem através do fornecimento de matéria prima e apoio a projetos específicos dos galpões de reciclagem.

O papel do poder público é de extrema importância, pois é responsabilidade das prefeituras municipais o estabelecimento de normas vigentes na legislação estadual e federal e o gerenciamento dos resíduos sólidos domiciliares, urbanos e públicos além de garantir a participação dos/as catadores/as na cadeia de reciclagem (Martins, 2003).

A autora Grimberg (2007), elenca como atribuições do poder público, através do documento elaborado no “Encontro de Lixo e Cidadania”^{vii}, em São Paulo: promover parcerias com vários setores da sociedade, o reconhecimento legal e o fortalecimento do catador enquanto categoria profissional autônoma, por meio de algumas ações como: 1) acesso ao processo licitatório e às condições de infraestrutura pelas associação de catadores/as, 2) fornecimento de infraestrutura para que as associações tenham sustentabilidade, 3) lançamento de programas de capacitação dos/as catadores/as, 4) fortalecimento da relação entre catadores/as e o poder público na realização do serviço de limpeza de maneira descentralizada, 5) autorização legal para apoderamento dos resíduos secos pelos/as catadores/as, 6) formalização de contratos com os/as catadores/as, 7) cadastramento dos/as catadores/as e promoção de sua organização em cooperativas/associações e; 8) viabilização econômica-financeira dos projetos elaborados pelos catadores/as facilitando o acesso ao crédito, parcerias e convênios entre indústrias e instituições populares incentivando o mercado de reciclados e garantindo a destinação de recursos federais/estaduais para fomento à reciclagem.

O autor Soares (2007), determina ainda como competência do poder público municipal: a conscientização da sociedade através da educação socioambiental para que estes contribuam na separação de resíduos domésticos, possibilidade de recolhimento sistemático do material reciclável, estabelecimento de usinas de reciclagem objetivando a categorização e pré-beneficiamento dos materiais e estímulo de atividades industriais de reciclagem.

A autora Grimberg (2007), ainda ressalta a magnitude da compreensão, por parte do poder público, de uma política pública redistributiva visando o investimento na integração dos/as catadores/as como profissionais do serviço de limpeza urbana, sendo essa uma via de mão dupla, pois além de dignificar, gerar renda e promover a sustentabilidade na gestão de resíduos sólidos também impacta nos cofres públicos, pois

ao invés de destinar os materiais para aterros sanitários, os recursos serão destinados para a coleta seletiva, triagem e reciclagem dos resíduos secos promovendo a inclusão social e movimentando economicamente esse segmento de mercado.

Em relação à atuação das entidades religiosas, a igreja católica por meio das criações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)^{viii}, surgem com interesses sociais e políticos, aliando-se aos movimentos populares criando espaços de mobilização e organização política no Brasil sob regime militar expressando a defesa dos direitos humanos diante do cenário de perseguições políticas expressos nesse período. A primeira manifestação da Igreja Católica em relação à preocupação ambiental foi na Campanha da Fraternidade, em 1979, que teve como temática “Por um mundo mais humano: preserve o que é de todos”, desde então a igreja tem participado ativamente da formação de associações de catadores/recicladores em cidades brasileiras por meio das CEBs (Martins, 2003).

Na Campanha da Fraternidade do ano vigente, 2016, o eixo central é “Casa comum, nossa responsabilidade” e o lema “quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca (Am 5,24)” que conclama a garantia do acesso ao saneamento básico como um direito essencial de todas as pessoas. A autora Carneiro (2016), realiza uma reflexão sobre a importância da campanha para a questão dos resíduos sólidos e dos catadores e catadoras:

Casa comum, nossa responsabilidade: nesse tempo em que a Campanha da Fraternidade nos convida a refletir e agir na defesa e proteção da casa comum, fica o convite para aproximarmos da vida e do trabalho desenvolvido pelos catadores e suas organizações. Toneladas de materiais recicláveis que seriam jogadas no planeta Terra, em nossos rios e oceanos são por eles reciclados, reaproveitados com um destino final ambientalmente adequado. Mas, como vivem? Como trabalham? De que precisam? Afinal, trabalham diariamente, por eles, por mim, por você e pelo planeta Terra, nossa casa comum.

Segundo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os objetivos da Campanha da Fraternidade são: a) despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum, b) educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho e, 3) renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária.

Outra entidade de caráter religioso que tem atuado junto aos catadores é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), fundadora de uma

organização intitulada como “Fundação Luterana de Diaconia”, que tem por objetivo firmar parcerias com movimentos sociais, grupos, fóruns, redes e instituições diaconais trabalhando em cinco eixos: direitos humanos, justiça socioambiental, justiça econômica, diaconia e ajuda humanitária. Essa organização apoia financeiramente projetos (cedidos por meio de editais), acompanha parceiros estratégicos e executa iniciativas inovadoras (Site Rede Diaconia).

A atuação das entidades educacionais, principalmente as universidades, pode ser descrita por meio de projetos de extensão^{ix}, estes projetos de extensão podem ser financiados por diversos órgãos como, por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Programa de Extensão Universitária (ProExt) e também por editais provenientes da iniciativa privada, que tem como finalidade fornecer apoio por meio de editais para formação de alunos e fomento da inclusão social nas suas mais diversas dimensões.

Essa extensão universitária pode ser em forma de projetos de extensão que, segundo o MEC (2016), são ações processuais de caráter contínuo, educativo, social, cultural ou tecnológico com objetivos e prazos pré-determinados; e programas de extensão que, de acordo com o MEC (2016), é a reunião de projetos e outras ações de extensão, de cunho multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e ensino.

Entre as atividades desempenhadas com os/as catadores/as podemos citar experiências como a desenvolvida em Cruz Alta/RS, descrita por Bortoli (2009), que realizou um projeto de extensão universitária apoiado pelo CNPq que tinha por objetivo o apoio ao desenvolvimento de tecnologias sociais para os catadores, há também o projeto de extensão de ação contínua da Universidade de Brasília (UnB) através da Assessoria Jurídica Universitária Popular Roberto Lyra Filho (Ajup-RLF) que tem por objetivo assessorar organizações de catadores/as do Distrito Federal por meio da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis – Centcoop (Pereira e Goes, 2016).

Demais atividades de capacitações como a desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)^x com ex-catadores em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS e o Projeto de Extensão de Coleta Seletiva Solidária^{xi} da Universidade Federal do Pará (UFPA) que promove ações educativas e socioambientais, projetos de conscientização como o projeto “Amigo Catador”^{xii} desenvolvido pela Unipampa – São Gabriel destinado para alunos dos terceiros e quartos anos do ensino fundamental, projeto de promoção da Coleta Seletiva^{xiii} realizada pela Universidade Federal de São João (UFSJ) que firmou parceria com a Associação

de Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Ouro Branco (Ascob) destinando a eles os resíduos separados na instituição.

São inúmeros projetos de extensão universitária que visam à capacitação (incluindo aqui questões administrativas internas da associação, questões operacionais, cursos de formação social, ambiental, cooperativistas e de formação política), conscientização e apoio aos catadores (destinação correta dos resíduos dentro da instituição, servir como intermediário na comunicação entre catadores e demais instituições, etc.), porém promovendo a autonomia e autogestão deixando de fora ações assistencialistas e comunitárias (Pinhel, 2015).

A adesão das entidades governamentais e não governamentais na implementação da coleta seletiva solidária em um município é fundamental, mas a educação socioambiental direcionada a todos os segmentos de uma sociedade é de uma importância ainda maior, pois é imprescindível o papel dos cidadãos na separação e doação de resíduos originados nas residências e locais de trabalho em razão de estarem contribuindo para a inclusão social, seja apoiando, valorizando e reconhecendo que o sistema que está sendo implementado abrange as associações/cooperativas de catadores/as que estão prestando um serviço público autogestionário (Grimberg, 2007).

A não adesão dos cidadãos ao sistema, pode gerar embates entre o poder público e os/as catadores/as autônomos^{xiv}, pois os autônomos acabam “correndo na frente da Prefeitura”, ou seja, os caminhões acabam “circulando com capacidade ociosa e os carroceiros recolhem, informalmente, muito mais material em comparação à coleta oficial” (Martins, 2003, p. 144).

Os/As catadores/as autônomos entram em conflito com os motoristas na disputa de espaço, pois geralmente utilizam carroças com tração animal para executar sua atividade onde o poder público é acionado e tenta restringir o acesso desses/as catadores/as aos centros (Martins, 2003; Severo, 2008).

A atuação dessas instituições tem caráter temporário, pois a permanência indica interdependência, o que fere os princípios cooperativos de autogestão e autonomia. Portanto, Pinhel (2015) indica que o tempo necessário de atuação destas instituições depende do tempo de existência e maturação do grupo, tamanho da cooperativa, nível de escolaridade dos cooperados e a infraestrutura física adequada à atividade.

3 MÉTODO

O presente estudo apresenta uma abordagem qualitativa, uma vez que esta não se prende a representatividade numérica, mas sim à investigação de um grupo social com a finalidade de compreender e explicar as dinâmicas das relações sociais, aprofundando-se ao lado não perceptível e não captável em expressões numéricas e estatísticas (Minayo, 2007; Gerhardt e Silveira, 2009).

Tendo em vista que o objeto de estudo é a Associação de Catadores Novo Horizonte e suas relações com instituições governamentais e não governamentais - tema este pouco explorado - em um primeiro momento, a pesquisa configura-se como exploratória dado que foi necessário um estudo introdutório com o intuito de compreender o objeto de estudo, seu significado e o contexto no qual se insere objetivando a aproximação acerca de determinado fato (Piovesan e Temporini, 1995; Gil, 2008).

Posteriormente, a pesquisa apresenta-se também como descritiva, pois buscou descrever as características do fenômeno. Para Triviños (1987, p. 110), “o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”, sendo assim o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.

O método de pesquisa caracteriza-se como estudo de caso único, pois se trata de um estudo de caso revelador, ou seja, fenômeno previamente inacessível à investigação científica, como é o caso da Associação de Catadores Novo Horizonte, dado que sua criação e a construção de parcerias como forma de consolidação da associação é muito recente (Yin, 2001).

Sendo assim, o estudo de caso analisa um evento contemporâneo em profundidade dentro de um período de tempo limitado (Yin, 2001; Gil, 2002; Ventura, 2007).

A delimitação da unidade-caso^{xv} é definida como a: “a relação das entidades governamentais e não governamentais com a associação de recicladores Novo Horizonte no processo de implementação da coleta seletiva solidária no município de Sant’Ana do Livramento”, constituindo-se como um caso instrumental por ter a finalidade de contribuir no conhecimento ou redefinição de dado problema (Gil, 2002).

Como técnica de coleta de dados, realizou-se cinco entrevistas focalizadas que, segundo Gil (2008), são utilizadas quando se permite que o entrevistado discorra livremente sobre o tema, porém sob mediação do entrevistador para que este não desvie do tema original.

A princípio seriam entrevistadas quatro pessoas: o professor coordenador (entrevistado 1) e uma integrante estudante (entrevistada 2) do Projeto Piloto de Coleta Seletiva Solidária (CSS) de Sant'Ana do Livramento representando as instituições de ensino superior; o Secretário de Serviços Urbanos, representando o poder público municipal (entrevistado 3); a madre da Igreja Santa Terezinha, representando a Igreja (entrevistada 4). Após aplicação da entrevista com o representante do poder público municipal, verificou-se a necessidade de entrevistar o engenheiro agrônomo alocado na Secretaria Geral do Governo – (entrevistado 5) – por este ter maior conhecimento acerca do tema por participar como integrante do Projeto Piloto de Coleta Seletiva Solidária (CSS) de Sant'Ana do Livramento.

O roteiro norteador da entrevista contou com doze questões, as entrevistas duraram em média trinta minutos onde, perante autorização dos entrevistados, foram gravadas e posteriormente transcritas e a identidade dos entrevistados preservadas. Algumas entrevistas foram executadas por uma pesquisadora treinada pelo autor para obtenção das informações aqui expostas.

Através das entrevistas aplicadas buscou-se compreender as dinâmicas da relação das entidades governamentais e não governamentais com a Associação de Catadores Novo Horizonte para a implementação da CSS no município.

Além das entrevistas executadas, foram consultadas fontes documentais cedidas para análise e melhor compreensão do fenômeno estudado, entre os documentos observados estão o Projeto Piloto de Coleta Seletiva Solidária (CSS) de Sant'Ana do Livramento^{xvi}, atas dos primeiros encontros da Associação de Catadores Novo Horizonte com a UNIMPAMPA, UERGS e IFSul^{xvii} – utilizados para entender o processo de aproximação entre as Universidades e a Associação e a reestruturação desta – e documentos quantitativos referente a Coleta Seletiva – este utilizado apenas como material de apoio – cedidos pela Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento. Sendo assim, na perspectiva de Pádua (1997, p.62): “pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)”.

Após a coleta de dados por meio das técnicas usadas, realizou-se a análise das informações coletadas vinculando-as com os referenciais teóricos pré-definidos neste artigo e outros componentes teóricos selecionados por meio de leituras de textos específicos, portanto para a interpretação das informações utilizou-se a reflexividade como categoria analítica.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, abordar-se-ão os principais resultados provenientes da técnica de coleta de dados e devidamente analisados conforme descreve o tópico acima.

4.1 Relação das instituições de ensino superior do município com a Associação de Catadores Novo Horizonte

A relação da Associação de Catadores Novo Horizonte com as universidades pode ser descrita por meio do Pré-Projeto Coleta Seletiva Solidária de Sant'Ana do Livramento. Este projeto tem como entidade-proponente a Associação de Catadores Novo Horizonte, a interlocutora da iniciativa a Universidade Federal do Pampa e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a Fundação Luterana de Diaconia (FLD), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e o Instituto Federal Sul-Riograndense (IFSul) como apoiadores do projeto.

O pré-projeto vai ao encontro da definição de extensão universitária formulada pela UFRGS (2012) configurando-se como projeto de extensão conforme explicação do MEC (2016), pois tem a finalidade de implementar o processo de Coleta Seletiva Solidária (CSS) no município de Sant'Ana do Livramento, como uma iniciativa coletiva entre a Associação de Catadores Novo Horizonte, o poder público municipal e demais entidades parceiras. Sendo assim, trata-se de um projeto piloto que intenciona demonstrar a importância e a viabilidade da ampliação da Coleta Seletiva Solidária no município de Sant'Ana do Livramento.

O projeto se fundamenta em três pilares essenciais:

- 1) plano de inclusão e capacitação de catadores/as; 2) plano de comunicação e informação (educação ambiental) destinado a sociedade e; 3) plano de coleta seletiva solidária de material reciclável nas residências, oportunizando tanto a preservação ambiental, como a inclusão socioeconômica, a partir dos

princípios de solidariedade e de um desenvolvimento sustentável. (BUNDE et al., s/d, p. s/n).

Pilares estes que entram em consenso sobre o papel das instituições de ensino elencados por Pinhel (2015), que consistem na capacitação e conscientização tanto dos/as catadores/as como da sociedade em geral.

Ao ser fundamentado dentro destes pilares o projeto tem por objetivos:

a) implementar e consolidar o modelo de CSS em Sant'Ana do Livramento; b) beneficiar a população santanense através de roteiros de CSS a serem estabelecidas em nove bairros da cidade; c) conscientizar ambientalmente a sociedade por meio da interação com catadores/as que atuam como agentes ambientais urbanos; d) melhorar as condições de trabalho e renda de catadores/as; e) movimentar a economia do município, pois ao invés dos resíduos serem enviados para o aterro sanitário de Candiota (RS), serão encaminhados para reciclagem; f) fiscalizar e publicizar os resultados desta experiência como forma de valorizar a CSS como uma atitude inovadora que fomenta a integração social, ambiental e comunitária e; g) englobar novos/as catadores/as nos processos de formação e produção. (BUNDE et al., s/d, n. s/n).

É através desses objetivos que haverá o reconhecimento profissional e a inclusão desses/as catadores/as, pois, como especificado por Miura (2004), esta inclusão inclui o resgate da dignidade dos/as catadores/as, servindo como fonte de alegria por ser reconhecido socialmente como trabalhador honesto.

O primeiro contato das universidades com a Associação Novo Horizonte foi por meio do projeto Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários de Sant'Ana do Livramento, desenvolvido e executado por três instituições do município – UNIPAMPA, UERGS e IFSul – financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), segundo a entrevistada 2: “um dos objetivos deste projeto era fomentar a criação de novos empreendimentos econômicos solidários e avistamos nos catadores grande potencial de desenvolvimento”. O coordenador do projeto – entrevistado 1 – explica que teve conhecimento da existência dos/as catadores/as por meio de uma assistente social que trabalha em uma cooperativa de assistência técnica vinculada aos movimentos sociais.

...chamamo-los (os/as catadores/as) para uma reunião a ser realizada na Paróquia Santa Teresinha, que na época disponibilizava a estrutura da igreja para reuniões, ao chegar lá no horário marcado, não havia nenhum dos catadores. Lembro dos professores responsáveis pelo projeto pegarem os carros e irem até a residência de um por um e trazê-los para a reunião. Percebemos então que o primeiro encontro foi marcado por muita

desconfiança, pois aquelas pessoas já estavam desesperançosas de tantas promessas que faziam e nunca consolidavam. No decorrer da reunião explicamos a importância de eles retomarem a motivação e a esperança, pois agora se tratavam de instituições de ensino superior crível e não de políticos que iam até eles só para angariar votos e fazer promessas mentirosas. Ao fim da reunião o tom do encontro mudou e pudemos perceber a aproximação e retomada de esperança por parte dos catadores (Entrevistada 2).

Os entrevistados explicam que o papel das universidades em relação aos catadores é cumprir com a extensão universitária que, como explica a entrevistada 2: “A extensão se preocupa com as ações voltadas para a comunidade externa firmando o compromisso com a sociedade a fim de realizar trocas de conhecimento”, sendo assim, entende-se que o compromisso da universidade é “disponibilizar os conhecimentos e a assessoria técnica para tentar ajudar a associação” (entrevistado 1).

A entrevistada 2, ainda complementa que o papel primordial das universidades, além de prestar capacitações a fim de promover o conhecimento para o empoderamento destes/as trabalhadores/as, é também servir como uma ponte que articula a associação à outras instituições governamentais e não governamentais. Fato este também elencado pelo coordenador do projeto, que explica que as atividades realizadas com a associação visam o contato desta com o poder público municipal a fim de promover debates objetivando a construção coletiva de um projeto que beneficiará toda a sociedade santanense.

Outras atividades executadas pelas instituições juntamente com a associação são listadas pela integrante do pré-projeto:

Além das reuniões periódicas para discutir questões organizacionais da associação, já foi realizada uma visita técnica na central de triagem da ACLAN (Associação de Catadoras e de Catadores Amigos da Natureza) de Uruguaiana, realizaram-se capacitações com temas de autogestão e economia solidária e são previstas palestras sobre drogas, alcoolismo, violência doméstica - necessidade essa detectada frente o contexto que vivem as mulheres catadoras em suas relações conjugais - e questões legislativas para que estes não possam ser enganados e passados para trás por pessoas mal intencionadas (os políticos) além de capacitações sobre diversos temas que abrangem o trabalho coletivo. Porém, a ação mais importante é viabilizar a coleta seletiva solidária no município que não será possível sem a formação prévia destes trabalhadores e a articulação com as entidades interessadas (Entrevistada 2).

Estas ações fortalecem a parceria da associação com a instituição e trazem benefícios como o aprendizado e o contato com uma realidade bem diferente da que é vivenciada dentro da academia, como ressaltado pelo entrevistado 1:

...É o momento que a gente entra em contato com a realidade, então é uma realidade bastante difícil porque está associada às condições precárias materiais, digamos assim, as condições que as famílias vivem está associada a outros problemas também que a gente tem percebido. Além de todos os tipos, desde a violência doméstica, questão do alcoolismo, da degradação social mesmo, ampla, digamos assim, que a gente vai percebendo no dia a dia.

Já a entrevistada 2, ressalta que o principal benefício dessa parceria é poder realizar uma mudança do cenário local em relação à questão da destinação dos resíduos sólidos, atrelando essa mudança a questões sociais, pois “coloca de comer na mesa de pessoas que estão contribuindo para o desenvolvimento sustentável” e, desmistificando o conceito de extensão universitária como algo assistencialista, uma vez que as ações executadas fogem da lógica assistencialista e inserem de fato os/as catadores/as ao mercado de trabalho de forma digna.

A visão da entrevistada 2, vai ao encontro do que defende Pinhel (2015), quando este diz que a interdependência entre a instituição e a associação fere os princípios cooperativos de autogestão e autonomia.

Ao descreverem qual o tipo de relação as instituições mantêm com os/as catadores/as, os entrevistados explicam que se trata de uma “relação ganha-ganha” e de “crescimento mútuo” ou uma “relação de via dupla”, pois a universidade cumpre seu papel social, os catadores são valorizados, o poder público implementa a lei de resíduos sólidos e a sociedade ganha com uma cidade comprometida ambientalmente e socialmente tirando pessoas que poderiam estar na rua envolvidos com coisas como roubos, drogas, etc. Além destas designações, o coordenador do projeto explica que há uma “relação de confiança”, pois é uma relação “muito estreita, muito próxima, não é uma relação fria de projeto”.

Essa concepção da relação pode ser explicitada por Besen (2011), que defende o processo de implementação de coleta seletiva e reciclagem como grandes transformadores ambientais, econômicos, sociais promovendo ainda a saúde, significando um ganho para todos os envolvidos no processo.

Já em relação às dificuldades/limitações enfrentadas na interação com a Associação de catadores/as, o entrevistado 1, expõe que não há muitos obstáculos na relação, por vezes é necessário desviar do escopo principal para auxiliá-los em outros problemas urgentes que fazem parte da vida dessas pessoas como, por exemplo, a questão da saúde, habitação, violência, drogas, alcoolismo, entre outros. Porém,

evidencia que essas circunstâncias são normais, visto a aproximação dos integrantes do projeto com estas pessoas em ampla vulnerabilidade socioeconômica.

A entrevistada 2, expõe como dificuldade maior, que no entanto não chega a ser um limitante à questão das reuniões, pois segundo esta, muitas vezes os/as catadores/as não conseguem acompanhar todos os encontros que têm – os quais são muitos, dado que, se está na fase inicial do projeto – por alguns problemas pessoais.

Essa dificuldade também foi evidenciada por Pinhel (2015), que enumera alguns desafios que envolvem a mobilização dos catadores como o agendamento de encontros de formação, pois não há um ponto de encontro em comum e de fácil acesso à maioria.

Como já explicitado no referencial teórico, a atuação das instituições governamentais e não governamentais devem ter um tempo de duração para que não se torne assistencialista, sendo assim, questionou-se os entrevistados sobre a duração da parceria entre a associação e as universidades, a entrevistada 2 explica que: “a ideia é consolidar a associação e o modelo de coleta seletiva solidária no município de forma eficiente, permanente e autogestionária para que ela possa se independizar, operar e progredir com os próprios pés”. O coordenador do projeto explica que a intenção da parceria não é de tutelar a associação à universidade, mas sim “construir autonomia deles, em todos os sentidos, no ponto de vista da gestão da associação, da questão do trabalho, da geração de renda... Todos os principais problemas eles vão ter que discutir entre eles e avançar”.

Ao serem interrogados sobre a atuação do poder público municipal, o entrevistado 1 declara que ainda não é possível avaliá-la visto que ainda estão no processo de construção da parceria, afirma que a atuação do poder público municipal em relação a questão dos resíduos pode ser mais enfática, entretanto prevê um cenário positivo:

Acredito que daqui pra frente isso melhora, a ideia é tentar aproximar, mas sem dúvida nenhuma, ainda está cedo para perceber a mudança. Vai ter mudança no poder público local, outro partido vai tomar frente do município e nós não sabemos ainda como vai ser a relação com a associação. Enfim, se tudo aquilo que nós discutimos até agora vai ter continuidade ou não. Acreditamos que sim, porque existe uma lei pra isso, que o município tem que fazer essa coleta seletiva e dar preferência para a associação e para a organização dos catadores.

Na perspectiva da entrevistada 2, o poder público municipal é omissivo em relação aos catadores e a implementação da coleta seletiva solidária e enfatiza sua fala

ao ressaltar “percebo certo descaso com a questão da limpeza urbana, é só andarmos na rua para perceber, espero que agora, com as instituições no processo de implementação da coleta seletiva solidária, o poder público possa agir com precisão e responsabilidade”.

Em relação ao apoio recebido da Igreja ambos os entrevistados revelam que, em um primeiro momento, onde se buscou reestruturar a associação, o papel da igreja foi importante no sentido de fornecer a estrutura da paróquia para a realização de reuniões posto que era um lugar adequado para se fazer o primeiro contato com os catadores isso porque “as catadoras levam as crianças para os encontros por não ter onde deixá-las e lá (na igreja) o espaço era amplo o que oportunizava que enquanto estava acontecendo a reunião, um grupo de estudantes pudesse realizar brincadeiras com as crianças” (entrevistada 2).

E por fim declaram que apesar da atuação das universidades ser tímida ou tardia em função de alguns motivos como, por exemplo, os elencados pelo coordenador do projeto: “existem desde o interesse dos professores que, às vezes, são voltados para outras áreas de pesquisa, que não é o trabalho de extensão [...] também as dificuldades como falta de apoio, de recursos, enfim, em um momento bastante difícil no Brasil e dentro das universidades é normal que isso aconteça”.

4.2 Relação do Poder Público Municipal com a Associação de Catadores Novo Horizonte

Nos anos de 2003 e 2004, a Prefeitura Municipal de Sant’Ana do Livramento tenta implementar o modelo de coleta seletiva no município, porém sem sucesso. Os entrevistados, representantes do poder público municipal, alegam que o impasse se deu porque os/as catadores/as não entenderam os princípios cooperativistas de trabalho, pois os/as catadores/as autônomos decoraram o trajeto do caminhão da coleta seletiva e passavam antes deste nos domicílios recolhendo os resíduos. Perdendo, assim, toda a funcionalidade do serviço.

Segundo o coordenador do pré-projeto supracitado, o que faltou para que a coleta seletiva operasse eficazmente foi a inexistência de um trabalho de educação ambiental que orientasse e incentivasse os moradores dos bairros em que a coleta seletiva atuava para que não acontecesse esse tipo de impasse.

Dificuldade essa também descrita por Martins (2003) e Grimberg (2007), que surge pela falta de adesão de toda a sociedade na implementação da coleta seletiva

solidária, pois não há conscientização, por parte dos envolvidos, referente à educação socioambiental direcionada a todos os segmentos da sociedade que acabam não compreendendo a importância social de seu apoio.

Bem como a capacitação dos/as catadores/as em relação ao comportamento no trânsito, classificação do material reciclável, associativismo, cooperativismo e gestão, segurança no trabalho e educação ambiental com a finalidade de formar agentes ambientais habilitados a realizar a coleta seletiva solidária com qualificação e profissionalismo, conforme prevê o pré-projeto Coleta Seletiva Solidária de Sant'Ana do Livramento.

Hoje, a relação dos/as catadores/as com o poder público municipal é intermediada pelas instituições de ensino superior, como descrevem os entrevistados:

...não se formalizou nenhum contato direto com eles (associação) porque está tudo sendo através das instituições, então, as reuniões propostas foram através do governo e das entidades educacionais e assim continuam sendo. Cada vez que nos sentamos, sentamos a entidade, o poder público e as organizações de ensino (Entrevistado 3).

Segundo os representantes do poder público municipal, o papel da instituição é “fomentar essa estrutura, viabilizar através de acordos setoriais, participar das demandas das resoluções e apoiar no que for possível e necessário” e ainda acrescenta “vamos entrar com o trabalho técnico de plantas, localizações, informações, onde estão os entraves sociais, políticos, buscar esse desentrelaçamento e viabilizar que eles realmente funcionem que é o ganho e é o interesse maior do poder público” (entrevistado 5).

O entrevistado 3 ressalta que é compromisso do município promover e ajudar a associação, pois “do ponto de vista legal, são os catadores que irão cumprir uma função necessária, que a partir de 2017, o poder público municipal é obrigado, por lei federal, a instituir a coleta seletiva de lixo através de associação ou cooperativas de catadores/as”.

A atividade que já está em andamento, sob tutela do poder público municipal, é a busca por um espaço público federal onde a associação possa armazenar e fazer o processo de reciclagem, como comenta o entrevistado 5: “estamos buscando uma tentativa de parceria para liberar um espaço para a associação, da parte técnica, já repassamos todas as informações como população em cada quadrante que eles vão fazer no início do trabalho, montagem de mapas setoriais e de distribuição de tarefas”.

Atribuições essas que entram em consenso com as elencadas por Soares (2007) e Grimberg (2007), porém de acordo com os autores há ainda muito mais que a

Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento possa fazer para alavancar a implementação da CSS na cidade.

A consolidação da relação e cumprimento de tarefas trará benefícios para o município, como prevê o entrevistado 5: “Trará um benefício econômico, social, ambiental porque vai ter uma redução de volume de resíduos, um agregado de valor, uma otimização da coleta, então isso são os grandes ganhos do trabalho” além de evitar uma perda ambiental e financeira, pois é um capital que irá circular na cidade e dignificar o trabalho desses/as catadores/as. Segundo os entrevistados a parceria entre a associação de catadores e o poder público municipal deve ser permanente.

A visão do entrevistado 5, vai de acordo com a visão da autora Grimberg (2007), que defende que ao invés de destinar os materiais para aterros sanitários, os recursos serão destinados para a coleta seletiva, triagem e reciclagem dos resíduos secos promovendo a inclusão social e movimentando economicamente esse segmento de mercado.

No primeiro encontro com a associação, foi possível perceber que “hoje eles estão organizados, mas de maneira mais administrada porque tem um grupo de pessoas das universidades que estão acompanhando eles e estão com assistentes e toda uma estrutura que o município não tem condições de oferecer” (entrevistado 5).

Quando questionados se há alguma dificuldade ou limitação na relação com a associação, os entrevistados desconhecem e declaram “não visualizei nenhuma dificuldade, até porque as instituições de ensino que estão intermediando esse contato” (entrevistado 3). O entrevistado 5 acrescenta: “ainda estamos na evolução do trabalho-tarefa, não se está atropelando fases, porque não adianta nós iniciarmos em dois dias o trabalho prático se ainda tem estruturas teóricas que tem que ser montadas, arranjos e uma logística toda que tem que ser organizada”.

Quanto aos possíveis entraves futuros referentes à implementação da coleta seletiva solidária:

...o maior entrave pode ser lá na frente: a associação querer dividir as tarefas. Porque eu vou entrar numa parte técnica, a universidade vai entrar numa parte de orientação e, agora, a parte operacional e prática, vai ser da associação. Então, se eles não se organizarem entre eles pra ter um entendimento que eles vão ser uma associação que recebe um salário e ele vai ser dividido por vinte, se eles não tiverem essa noção, não adianta nós evoluirmos com o trabalho. Então esse é o grande risco que tem de não dar certo, é o bom entendimento dessa associação (Entrevistado 5).

Segundo a Besen (2011), esse entrave acontece somente quando há inexistência da capacitação direcionada para o empreendedorismo e autogestão, insuficiência de capital de giro, conflitos relacionais entre os integrantes, ausência de amparo social (direitos trabalhistas e segurança no trabalho), alta rotatividade de catadores/as (desistência de trabalho coletivo), carência de apoio dos órgãos públicos, discriminação e desvalorização do trabalho por parte da sociedade e impedimento da formação de parcerias colaborativas ou vínculo com geradores fixos de materiais recicláveis.

Em relação à atuação da universidade no processo de implementação da coleta seletiva solidária, os representantes relatam com ênfase “positiva, revigorante, o esforço deles é uma premissa. Eu acho que está bem consolidada a vontade das universidades envolvidas; tanto o poder público, como as entidades universitárias e como a própria entidade associação” (entrevistado 3).

Sobre a atuação da paróquia Santa Terezinha com a associação de catadores/as, os entrevistados desconhecem, pois “não participamos de nenhuma das reuniões onde a igreja tivesse mais inserida, talvez ela esteja cumprindo um outro papel dentro desse projeto, mas nas reuniões que nós participamos, ela não se fez presente” (entrevistado 3).

Referente à atuação do poder público municipal em relação à associação de catadores/as os representantes julgam positiva, pois “o poder público está mais presente e mais interessado para que se realize esse projeto, do meu conhecimento já foi menor a participação do poder público, espero que daqui pra frente siga acontecendo essa participação e cada vez mais ativa” (entrevistado 3). Já o entrevistado 5 refere que o apoio municipal se fortaleceu com a entrada das universidades, uma vez que “é interesse do município que essa associação funcione, como teve interesse também que a outra funcionasse só que alguns percalços sempre vão ter no caminho, só que naquela época a gente tava sozinho”.

4.3 Relação da Paróquia Santa Terezinha com a Associação de Catadores Novo Horizonte

Em Março de 2016, aconteceu o primeiro encontro das universidades com os/as catadores/as, em uma sala reservada para a reunião na Paróquia Santa Terezinha, esta reunião teve como propósito conhecer as pessoas envolvidas na associação de

catadores/as bem como suas demandas, necessidades, dificuldades, conjuntura atual da associação relativa à organização, articulação e atividades.

A igreja teve um papel fundamental ao fornecer a estrutura da paróquia, pois entendeu-se que esse seria o lugar mais apropriado para que os/as catadores/as se sentissem mais a vontade e protegidos visto a vulnerabilidade e desesperança em que se encontram.

O que vai ao encontro do que a entrevistada 4 acredita ser o papel da igreja:

Penso que é esse o papel, apoiá-los, abrir-lhes espaços, ajudá-los da forma que se puder, inclusive, na minha maneira de ver, já fazemos isso em outros lugares. Conscientizar a população para que os apoie também, no sentido de classificar seu material reciclável, organizar como fazer para facilitar a coleta deles, que não vá para o lixão comum aquilo que possa ser aproveitado. Então, é uma consciência que tem que passar, e a igreja tem a capacidade de fazer isso. Não totalmente, mas tem esse canal, tem influência.

Quando questionada de que forma a paróquia realiza a conscientização da população, a entrevistada 4 declara “tivemos nesse ano a campanha da fraternidade que realmente trata esse aspecto, ou seja, o tema de fundo dessa campanha, é o saneamento básico. Tem tudo a ver, discutiu realmente esse problema [resíduos sólidos] em todas as suas fases”.

O que entra em consenso com a reflexão realizada por Carneiro (2016), que evidenciou a importância dos catadores na defesa e proteção da casa comum, pois os materiais reaproveitados por eles recebem um destino final ambientalmente adequado. E também evidenciada pela entrevista: “a igreja se preocupa com o planeta terra e eles [catadores] prestam grande serviço a essa planeta”.

Além desses objetivos, a paróquia preza pela sobrevivência desses trabalhadores por meio da assistência mantendo o contato com algumas famílias de catadores e guardando materiais para quando eles passarem recolhendo. A entrevistada ainda ressalta que, antigamente, era possível a igreja armazenar grande quantidade de materiais, porém perderam o espaço que tinham para tal, amenizando o material separado.

Tendo em vista que em algumas cidades brasileiras como Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo as igrejas católicas atuaram ativamente para consolidação de associações de catadores e na luta pela implementação da coleta seletiva nos municípios (Martins, 2003), percebe-se a tímida participação da igreja no município quando a entrevistada declara “no momento esta igreja [...] a comunidade Santa Terezinha [...]

não temos algo organizado que vá além do que esse apoio, essa ajuda, esse conversar com eles e ajudar algumas famílias que conhecemos, é algo assim, restrito”.

Essa relação restrita se deve ao fato descrito pela entrevistada 4: “falta de organização, por enquanto, havendo da parte deles também uma organização poderemos nos tornar mais parceiros, mas estando desorganizados e a igreja não tendo em mãos a possibilidade de organizá-los, fica difícil articular ações efetivas”.

Talvez, essa participação limitada da igreja se deva a falta de articulação/comunicação das entidades que estão mais envolvidas (universidades públicas e poder público municipal) agora no pré-projeto de implementação da coleta seletiva solidária no município com a paróquia, pois desconhecem o potencial das igrejas na consolidação das associações de catadores/as e implementação da CSS. Essa percepção surge quando a entrevistada 4 alega que desconhece a atuação do poder público municipal não podendo falar positivamente ou negativamente sobre a atuação deste, e sobre as universidades a entrevistada declara: “novamente, esbarra no pouco conhecimento meu, estou muito limitada no espaço aqui e não tenho conhecimento. O que eu vi é positivo, tanto é que as universidades que começaram a organizá-los, então, isso é altamente louvável”.

Quando interrogada sobre a duração da parceria da paróquia com os/as catadores/as, a entrevistada 4, expressa entusiasmada: “Quando eles precisarem de nós, estamos aqui. Podem contar conosco, não temos tempo determinado para essa parceria”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A precarização do trabalho e o aumento crescente da taxa de desemprego são fatores que impactam fortemente os cidadãos, dado que tal conjuntura marginaliza a existência de um sistema cada vez mais sedento por consumo e sempre preparado para descartar excessos em nome da alta lucratividade, objetivo primordial do sistema em qualquer tempo ou lugar.

Nos dias de hoje, o país passa por um momento instável da sua história ocasionado internamente por uma crise política que junto ao contexto global econômico, mais uma vez, divide os custos com quem menos possui e é maioria. Tal notícia não é novidade visto que não é recente que o sistema capitalista promove novidades com suas crises onde os pobres são constantemente prejudicados.

Dado esse contexto, as desigualdades sociais e a pobreza aumentam em proporções assustadoras, o consumo desenfreado e o descuido com as questões ambientais, sociais, culturais e econômicas são sacrificadas em nome do capital. Restando a esses indivíduos marginalizados, duas alternativas: se render às mazelas de estar à margem da sociedade ou viver da catação de materiais recicláveis como forma de sustento e geração de renda.

A atuação das entidades governamentais e não governamentais na luta pelo reconhecimento destes trabalhadores, considerados agentes ambientais, fortifica e impulsiona a consciência da importância destes em uma sociedade cada vez mais descartável, porém, essa relação deve ser cautelosa e bem articulada, para que ações mais elaboradas, como a implantação de uma coleta seletiva solidária, seja eficaz, gere ganhos para todos os envolvidos e não deixe que empresas privadas tomem conta desse segmento, ressaltando a importância social dessa ação.

Dessa forma, o presente artigo pretendeu descrever como se dá a relação dessas entidades com a Associação de Catadores Novo Horizonte no processo de implementação da CSS, procurando demonstrar a percepção das entidades envolvidas (universidade, igreja e poder público municipal) quanto o seu papel, os benefícios da parceria, os objetivos, as atividades desenvolvidas, as dificuldades/limitações, entre outros.

Através desse estudo foi possível identificar a importância das universidades – UNIPAMPA, IFSul e UERGS – no processo de articulação e contato com as demais entidades pesquisadas e futuras articulações com outras organizações através do Pré-Projeto de Implementação de Coleta Seletiva Solidária em Sant’Ana do Livramento, servindo como uma ponte e porta-voz destes trabalhadores, mas também encorajando-os a ocupar espaços de representatividade por meio de capacitações voltadas para questões administrativas relativas da associação, princípios cooperativos, ambientais, sociais e formação política, para que, no futuro, eles possam ter orgulho de ser catadores/as e trabalhadores autônomos.

Esse processo encontra-se em fase inicial e bastante prematuro, mas acredito que as ações do poder público municipal possam ser mais abrangentes e enfáticas, no sentido de abraçar e vestir a camiseta dos/as catadores/as e da coleta seletiva solidária incentivando e conscientizando a sociedade santanense da importância destes indivíduos para o desenvolvimento da cidade.

Em relação à igreja, comparado a atuação destas em outras regiões brasileiras, não identifiquei ações concretas promovidas pela Campanha da Fraternidade deste ano, porém acredito que seja necessário que as instituições de ensino superior público retomem essa parceria para que resultados mais efetivos possam ser alcançados.

Acredito que o objetivo da pesquisa foi alcançando uma vez que foi possível descrever a relação das organizações governamentais e não governamentais com a Associação de Catadores Novo Horizonte e espero que futuramente esse artigo possa servir como base para elaboração de outros estudos que tenham como objeto de estudo a associação de catadores Novo Horizonte como, por exemplo, o perfil socioeconômico dos associados.

NOTAS DE FINAL DE TEXTO

ⁱ Pós-graduando em Gestão Pública pela Universidade Federal do Pampa - Santana do Livramento/RS.

ⁱⁱ Professor orientador.

ⁱⁱⁱ Segundo COM (2003, p. 9), inclusão social “é um processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acedem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas econômica, social e cultural e beneficiarem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem. Assegura-lhes, pois, uma participação acrescida no processo decisório que afeta as suas vidas e o acesso aos seus direitos fundamentais”.

^{iv} Vide descrição da função disponível em:

<<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoOcupacaoMovimentacao.jsf>>

^v PL nº 618/07 disponível em:

<<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=72239&tp=1>>

^{vi} A discriminação aqui mencionada refere-se a natureza do trabalho de catação, pois, segundo Miura e Sawaia (2013), há certa estigmatização social destes trabalhadores que encontram no lixo - aquilo que é descartado sem cuidado e identificado como imundície - seu modo de subsistência.

^{vii} Evento realizado em Junho de 2000 com a finalidade de reunir instituições para articulação de atores sociais plurais para a construção de objetivos comuns voltados para o tema de gestão compartilhada e sustentável por meio de resíduos sólidos (Grimberg, 2007).

^{viii} “Pequenos grupos de leigos católicos, com uma composição entre 10 a 50 membros, organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural)” (Martins, 2003, p. 135).

^{ix} “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (UFRGS, 2012, p.15).

^x Vide notícia em: < <http://www.ufrgs.br/engenharia/wp/projeto-de-extensao-inicia-aulas-sobre-empendedorismo-para-ex-catadores/>>

^{xi} Vide em: < <http://proex.ufpa.br/PRINCIPAL/index.php/noticias/todas-as-noticias/1064-ufpa-aprova-projeto-de-extensao-de-coleta-seletiva-solidaria>>

^{xii} Vide notícia em: <

http://portais.unipampa.edu.br/saogabriel/index.php?option=com_content&view=article&id=719:projeto-de-extensao-amigo-do-catador&catid=1:noticias-unipampa>

^{xiii} Vide em: < http://www.ufsj.edu.br/cap/coleta_seletiva.php>

^{xiv} Ou seja, aqueles catadores/as que não participam de associações ou cooperativas (Severo, 2008).

^{xv} Segundo Gil (2002), unidade caso trata-se de um indivíduo ou um grupo social, organização, conjunto de relações, processo social, comunidade; entre outros, presentes em um contexto definido.

^{xvi} Recebido via email por: fernandatrindade94@gmail.com. Em 06/10/2016 às 15h38min.

^{xvii} Recebido via email por: fernandatrindade94@gmail.com. Em 06/10/2016 às 15h38min.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVINO-BORBA, A.; MATA-LIMA, H. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Européia. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a03.pdf>>. Acesso em: Setembro 2016.

AVINA. Reciclagem sustentável e solidária. Fundação AVINA, 2015. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/livros-guias-e-manuais/reciclagem-sustentavel-e-solidaria>>. Acesso em: 03/10/2016.

BESEN, G.R. Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. Tese de pós-graduação em Saúde Pública. São Paulo, 2011.

BUNDE, A. et al. Pré Projeto Coleta Seletiva Solidária em Sant'Ana do Livramento. S/D.

BRASIL. Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 02/10/2013.

CALIMAN, Geraldo. Paradigmas da exclusão social. Brasília: Editora Universa, UNESCO, 2008.

CARNEIRO, M.R.O. A campanha da Fraternidade de 2016 e os catadores de materiais recicláveis. INSEA, 2016. Disponível em: <<http://www.insea.org.br/a-campanha-da-fraternidade-de-2016-e-os-catadores-de-materiais-reciclaveis/>>. Acesso em: Outubro de 2016.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social (2003-05), Bruxelas, 12/12/2003, COM (2003) 773 Final, 2003. Acesso em: 21 de Setembro de 2016. Disponível em: <<https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000021001-000022000/000021701.pdf>>.

Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB). Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/>>. Acesso em: Outubro de 2016.

ESTIVILL, Jordi. Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias. Genebra, Bureau Internacional do trabalho, Programa estratégias técnicas contra a exclusão social e a pobreza, 2003.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 28 de Outubro de 2016.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. [org]. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: Setembro de 2016.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL.A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRIMBERG, Elisabeth Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. Experiência e desafios. -- São Paulo: Instituto Pólis, 2007. 148p. (Publicações Pólis, 49).

MAGERA, Marcos. Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo — Campinas, SP: Editora Átomo, 2003

MARTINS, C.H.B. Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Tese de pós-graduação em Sociologia, UFRGS: 2003. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6190/000438203.pdf?sequence=1>> Acesso em: Agosto 2016.

MEDEIROS, L.F.R; MACÊDO, K.B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?. Psicologia & Sociedade; 18 (2): 62-71; mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>>. Acesso em: Setembro de 2016.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em: <mma.gov.br>. Acesso em: Agosto de 2016.

MIURA, P. C. O. Tornar-se catador: uma análise psicossocial. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MIURA, P.O; SAWAIA, B.B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 331-341, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/10.pdf>>. Acesso em: Setembro 2016

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (mncr). Disponível em: <www.mncr.org.br. Acesso em 15 set. 2016.

PÁDUA, E. M. M. Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico prática. 13. Ed. São Paulo: Papirus, 2007

PEREIRA, B.C.J; GOES, F.L. [org]. Catadores de materiais recicláveis : um encontro nacional – Rio de Janeiro : Ipea, 2016.

PINHEL, Julio Ruffin [org.]. O catador de materiais recicláveis in Do lixo à cidadania. Editora Peirópolis, 2015.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E.R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo de saúde pública. *Rev. Saúde Pública*, 29 (4), 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10.pdf>>. Acesso em: Setembro de 2016.

QUIJANO, A. “Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social”, in Pereira, Luiz (org.). *Populações “Marginais”*. São Paulo, Duas Cidades, 1978, p. 43.

Rede Diaconia. Disponível em: <redediaconia.com.br>. Acesso em: Outubro de 2016.

SAWAIA, B. As artimanhas da Exclusão: Análise Psicos-social e Ética da Desigualdade Social, (4. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

SEVERO, R. G. Catadores de materiais recicláveis da cidade de Pelotas: situações de trabalho. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/2712.pdf>>. Acesso em: Setembro de 2016.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1ª Ed. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Mário Rogério Kolberg. Resíduos sólidos: conceitos, responsabilidades, gerenciamento e destino final. In: CAPPELLI, Silvia (Org.). Resíduos sólidos. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. - Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.

VENTURA, M.M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Rev SOCERJ. 2007;20(5):383-386, setembro/outubro. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acesso em: Setembro de 2016.

YIN, Robert K. Estudo de caso—planejamento e métodos. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Como a instituição enxerga os catadores/as?
2. Qual o objetivo da instituição ao se relacionar com a Associação?
3. Descreva sucintamente como foi o seu primeiro encontro com os catadores da associação Novos Horizontes?
4. Qual você acredita ser o papel da instituição em relação aos catadores?
5. Quais as ações/atividades da instituição com a Associação de Recicladores?
6. Que tipo de relação a instituição mantém com os catadores/as?
7. Quais as dificuldades/limitações enfrentadas na interação com a Associação de Catadores?
8. Como você avalia a atuação do poder público em relação à Associação?
9. Como você avalia a atuação da igreja em relação à Associação?
10. Como você avalia a atuação das universidades em relação à Associação?
11. Quais os benefícios que essa parceria traz para a instituição?
12. Quanto tempo durou essa parceria?